

REQUERIMENTO Nº DE 2013
(Do Sr. Luiz Pitiman)

Requer seja proferido novo
despacho ao PL 2.234/2011.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Relator do PL 2.234/2011, que “acresce parágrafos aos arts. 146, 147 e 148 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”, venho expor e requerer o que se segue.

O PL em questão pretende acrescentar dispositivo nos crimes de constrangimento ilegal, ameaça e sequestro e cárcere privado para que se aplique ao agente, cumulativamente “pena de proibição do exercício do cargo, emprego ou função públicos, de livre nomeação, designação, exoneração ou destituição por até cinco anos”.

Tal matéria, como se vê, abarca também o direito administrativo e o regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, consoante dispõe o art. 32, inciso XVIII, alíneas o e q do Regimento Interno. É imperioso, portanto, o pronunciamento da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público acerca da possibilidade de afastamento, temporário ou não, de servidor público.

Por essa razão, requeiro a V. Exa. seja diligenciado junto ao Presidente da Casa, para que novo despacho seja proferido, desta feita para que a CTASP possa também manifestar-se no mérito do PL 2.234/2011, de acordo com o art. 24, I, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado LUIZ PITIMAN